

MAPFRE Vida S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.)

CNPJ 54.484.753/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Vida S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A Seguradora encerrou o exercício de 2011 com R\$ 565,8 milhões de prêmios emitidos líquidos no segmento de vida e com rendas de contribuições no montante de R\$ 5,9 milhões. Em 2011 a Seguradora registrou prejuízo de R\$ 2,1 milhões contra um lucro líquido de R\$ 87,1 milhões apurados em 2010. Em atendimento à Circular SUSEP 424/2011, a Seguradora declara deter, na categoria “mantidos até o vencimento”,

títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 407,6 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Em 28 de fevereiro de 2011 a Seguradora efetuou cisão parcial dos negócios de Vida, distribuídos por meio de canal *affinity*, que foi recepcionado pela MAPFRE *Affinity* Seguradora S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.) conforme demonstrado na nota explicativa 19. Os Grupos MAPFRE e Banco do Brasil celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos. Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL. A MAPFRE: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros

de pessoas, imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Acordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010	Passivo	Nota	2011	2010
Circulante		1.929.764	1.985.498	Circulante		865.874	963.409
Disponível		12.779	13.127	Contas a pagar		52.097	32.071
Caixa e bancos		12.779	13.127	Obrigações a pagar		6.417	18.397
Aplicações		1.718.457	1.411.065	Impostos e encargos sociais a recolher		3.862	7.236
Aplicações	5	1.706.649	1.402.983	Encargos trabalhistas		4.484	2.956
Outras aplicações		11.608	8.082	Impostos e contribuições		8.272	14
Créditos das operações com seguros e resseguros		104.404	240.577	Outras contas a pagar		29.062	3.468
Prêmios a receber	7	60.859	207.392	Débitos de operações com seguros e resseguros		51.940	128.238
Operações com seguradoras		18.409	8.911	Prêmios a restituir		25	18
Operações com resseguradoras		19.747	12.039	Operações com seguradoras		5.191	8.082
Outros créditos operacionais		5.389	12.235	Operações com resseguradoras		23.549	13.145
Ativos de resseguro - provisões técnicas		7.327	4.039	Corretores de seguros e resseguros		19.473	104.149
Créditos das operações com previdência complementar		295	282	Outros débitos operacionais		3.702	2.844
Valores a receber		64	51	Débitos de operações com previdência complementar		130	93
Operações com repasses		231	231	Contribuições a restituir		130	93
Títulos e créditos a receber		65.867	13.988	Depósitos de terceiros	14	81.614	12.872
Títulos e créditos a receber		45.383	158	Provisões técnicas - seguros	11	628.967	734.754
Créditos tributários e previdenciários	8	19.459	12.694	Danos		-	968
Outros créditos		525	1.136	Vida individual		238.633	491.264
Outros valores e bens		2.689	1.466	Vida com cobertura por sobrevivência		390.334	242.522
Outros valores		2.689	1.466	Provisões técnicas - previdência complementar	11	51.126	55.381
Despesas antecipadas		67	43	Planos não bloqueados		51.126	55.381
Custos de aquisição diferidos	11	17.879	300.911	Passivo não circulante	13.300.150	1.154.435	
Outros valores		489.635	692.754	Provisões técnicas - seguros	11	76.888	78.249
Realizável a longo prazo		472.606	565.399	Vida individual		-	72.956
Aplicações	5	367.114	474.994	Vida com cobertura por sobrevivência		76.888	5.293
Outras aplicações		367.002	474.882	Provisões técnicas - previdência complementar	11	1.048.758	900.131
Títulos e créditos a receber		105.485	89.529	Planos não bloqueados		1.048.758	900.131
Títulos e créditos a receber		14.390	13.587	Outros débitos		204.504	176.055
Créditos tributários e previdenciários	8	88.108	73.063	Provisões judiciais	16	204.504	176.055
Depósitos judiciais e fiscais		2.612	2.504	Patrimônio líquido	17	223.375	560.408
Outros créditos		375	375	Capital social		424.169	424.169
Custos de aquisição diferidos	11	7	876	Redução/aumento de capital social em aprovação		(205.875)	24.354
Investimento		4.397	112.439	Reservas de capital		558	558
Participações societárias		299	108.263	Reservas de lucros		4.523	111.327
Imóveis destinados à renda		4.095	4.173	Total do passivo		2.419.399	2.678.252
Outros investimentos		112	112				
Imobilizado	9	1.079	1.384				
Bens móveis		695	989				
Outras imobilizações		384	395				
Intangível	10	11.553	13.532				
Ágio na transferência de carteira		-	5.751				
Outros intangíveis		11.553	7.781				
Total do ativo		2.419.399	2.678.252				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social em aprovação	Doações e subvenções	Reserva de capital (investida)	Reserva legal		
Saldo em 31 de dezembro de 2009	403.156	21.013	112	446	4.789	48.013
Homologação do aumento de capital portaria nº 1.078 de 24/03/2010	21.013	(21.013)	-	-	-	-
Aumento de capital - AGE de 30/12/2010	-	24.354	-	-	-	24.354
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	87.177
Destinação do resultado:						
Reserva legal	-	-	-	4.359	-	(4.359)
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	54.166	(54.166)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(28.652)	(28.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	424.169	24.354	112	446	9.148	102.179
Redução de capital - AGE 28 de fevereiro de 2011 transferência de carteira de Vida Affinity	-	(234.000)	-	-	-	(234.000)
Redução de capital - AGE 28 de fevereiro de 2011 transferência de investimento em participação societária	-	(111.977)	-	-	-	(111.977)
Redução de capital - AGE 28 de fevereiro de 2011	-	(27.218)	-	-	-	(27.218)
Capitalização de reservas - AGE de 27 de maio de 2011	-	111.326	-	(9.148)	(102.178)	-
Capitalização de lucros de janeiro a abril de 2011 - AGE de 27 de maio de 2011	-	-	-	-	-	(8.360)
Capitalização de lucros de janeiro a abril de 2011 - AGE de 27 de maio de 2011	-	-	-	-	6.690	6.690
Aumento de capital - AGE de 29/12/2011	-	40.000	-	-	-	40.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(2.168)
Destinação do resultado:						
Reserva de lucros	-	-	-	4.522	-	(4.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	424.169	(205.875)	112	446	-	4.523

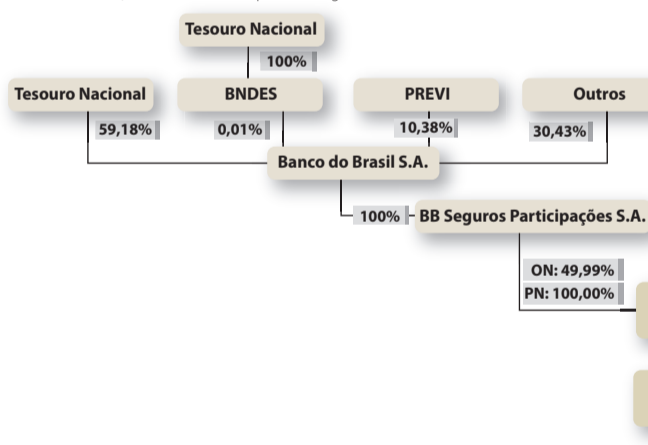
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada “MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.”) doravante referida também como “Seguradora”, é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida em geral no território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. Em 5 de maio de 2010 o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com a MAPFRE Brasil Participações S.A. (Grupo MAPFRE), por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. Nesse contexto, as operações de *affinity* da Seguradora, nos segmentos de seguros

Em 31 de dezembro de 2011, a estrutura do Grupo era a seguinte:

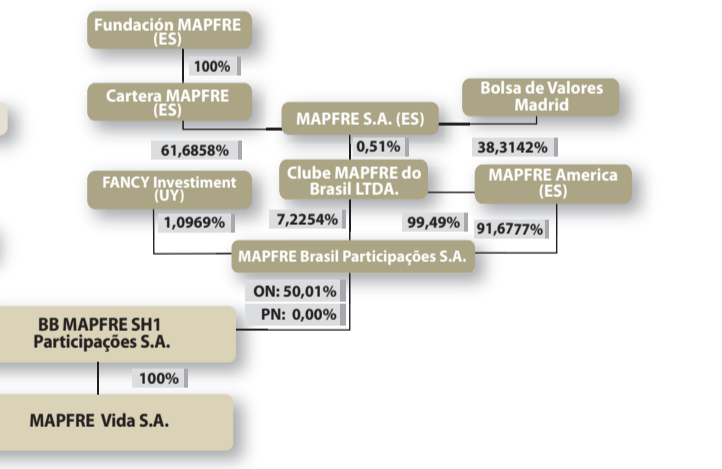


denominação social da Seguradora para MAPFRE Vida S.A., em aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 379/08, 359/09, 406/09 e 408/10. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota explicativa 22. A Seguradora não apurou ajustes relativos aos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2012. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme disposições da Circular nº 424, de 29 de abril de 2011. Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) operações com resseguradoras (ativo) e receitas de comercialização diferidas (passivo) para ativos de resseguro provisões técnicas; ii) receitas de comercialização diferidas (passivo) para custos de aquisição diferidos - resseguros (ativo); iii) operações de resseguros (resultado) para resultado com resseguro; e iv) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice. A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: (i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos e passivos financeiros somente são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos com a contraparte e quando a Administração considera que a Seguradora possui recursos para a forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente; (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; (iv) os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos, em conjunto ou individualmente. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional da Seguradora e apresentadas em Reais (R\$). A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas são reconhecidas no resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transfêrencias são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso,

de pessoas, foram transferidas em março de 2011 para a MAPFRE *Affinity* Seguradora S.A. (anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.) e as participações societárias em outras entidades foram transferidas para a MAPFRE Brasil Participações S.A. e MAPFRE Investimentos e Participações. Em 28 de fevereiro de 2011 foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a transferência da totalidade da carteira de previdência da Seguradora para a MAPFRE Seguradora de Garantias e Crédito S.A., que será efetivada após aprovação da SUSEP. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas sociedades *holdings*, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.



diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidos; **b) Instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) designados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados a valor justo são as operações com derivativos que não são objeto de *hedge*, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Seguradora tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Esse método utiliza uma taxa de desconto que quando aplicada sobre os recebimentos futuros estimados, ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro, resulta no valor contábil líquido. Os juros, a atualização monetária, as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** São designados nessas categorias instrumentos financeiros não derivativos ou outros instrumentos não classificados em nenhuma das demais categorias. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando divulgados. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 5. **c) Instrumentos financeiros derivativos e derivativos embutidos:** Contratos de investimentos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e dólar associadas às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BMSF/Bovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando divulgados. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Contratos de seguros - Quando um derivativo embutido é identificado a Seguradora deve analisar se o instrumento principal é avaliado ao valor justo de mercado (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Seguradora efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado. **d) Redução ao valor recuperável: i) Ativos financeiros - em ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas na resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição da perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos, sendo apurada com base no percentual de perda histórica aplicado sobre a totalidade das faturas/parcelas vencidas, comissões e impostos sobre Operações Financeiras (OPF). **ii) Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Investimentos: i. Participações societárias -** O investimento na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, é avaliado pelo método de custo. **ii. Propriedades para investimentos -** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Eventuais ganhos ou perdas na baixa ou alienação de propriedade de investimento são reconhecidos na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação. Transfêrencias são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso,**

de pessoas, imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Acordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	18	565.866	941.222
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(2.928)	(35.420)
(=) Prêmios ganhos		562.938	905.802
(+) Receita com emissão de apólice		13	23
(-) Sinistros ocorridos	18	(308.525)	(309.807)
(-) Custos de aquisição	18	(196.893)	(429.233)
(+) Rendas de contribuições e prêmios		239.580	198.150
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(233.642)	(197.858)
(=) Receitas de contribuições e prêmios VGBL		5.938	292
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas		1.167	819
(-) Variação de outras provisões técnicas		(696)</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, sendo calculada de acordo com a nota técnica atuarial. Dos cálculos efetuados não resultou provisão a constituir em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, em seus artigos 5º e 21º, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181, de 17 de dezembro de 2007, estabeleceu a categorização de constituição de provisão técnica denominada Provisão Complementar de Prêmio (PCP) e a PCP deve ser calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos, e o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. E constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta Provisão de Sinistros a Liquidar e Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. **ii) Previdência:** As provisões matemáticas representam os valores das obrigações de previdência sob forma de planos de renda, pensão e acúsculo, são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente por, e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em métodos e pressupostos atuariais. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada e a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se aqueles já em gozo de benefícios. Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como "Despesas Financeiras". As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida por cobertura sobre sobrevivência (Vida e Acidentes) são classificadas na modalidade "gerador de benefícios livres" (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIEs). A Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) será constituída se for constatada insuficiência de prêmios ou contribuições nos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples. Nas Provisões de Benefícios a Conceder e Concedidos, a insuficiência é gerada pela diferença entre as taxas decrescentes (mortalidade, invalidez e eutanasia) e as taxas de juros aprovadas nos planos e obtidas com a experiência da carteira, o que pela Seguradora não possui massa suficiente comparada à experiência do mercado. Na Provisão de Riscos não Expirados (PRNE), será constatada a insuficiência de contribuição com relação ao valor provisionado, na data de corte especificada, quando o montante de sinistros pagos ou avisados, relativos às apólices vigentes à época, for superior aos prêmios ou contribuições recebidas. A PIC foi calculada para a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC e a conceder - PMBC e para a Provisão para Riscos não Expirados - PRNE, sendo utilizada as seguintes premissas: **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBC:** - AT-2000 Male como tábua de mortalidade para o sexo masculino e feminino; WINKLE como tábua de invalidez para o sexo masculino e feminino; WINKLE como tábua de eutanasia para o sexo masculino e feminino; **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC:** - AT-2000 Male como tábua de mortalidade; WINKLE como tábua de mortalidade de inválidos; e A taxa de juros utilizada é de 6% a.a. Compara-se o valor da PRNE contabilizada com o valor dos sinistros esperados, para o mesmo período de vigência das respectivas contribuições. Os sinistros esperados foram calculados com base na frequência de sinistros da carteira de 31 de dezembro de 2011. A Provisão de Oscilação de Riscos (POR) é constituída para suportar alterações de sinistralidade esporádica nas coberturas de pecúlio, por morte ou por invalidez, pensão e renda por invalidez, regra de cálculo para a Provisão de Oscilação de Riscos foi estabelecida na base de 5% sobre as contribuições líquidas destinadas às coberturas de risco (renda por invalidez, pecúlio e pensão), sendo utilizada quando a sinistralidade ultrapassar 50% das contribuições arrecadadas, de acordo com a NTA. Em 31 de dezembro de 2011, mantivemos esta regra, em função da reduzida quantidade de participantes com coberturas de riscos e, conseqüentemente, a quantidade de sinistros não ser estatisticamente suficiente para avaliação dos desvios de sinistralidade. A Provisão de Oscilação Financeira (POF), tem como objetivo cobrir "Déficits" apurados no cálculo do resultado financeiro no final do mês (saldo no FIF - provisão garantida). Não foi identificado a necessidade técnica de constituir essa provisão. Todas as aplicações financeiras são acompanhadas pela MAPFRE DVM, alterando, caso necessário, a composição dos papéis do fundo onde são aplicadas tais provisões. **m) Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros que incluem despesas de aquisição diferidas originado de combinações de negócios quando aplicável. Para esse teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes para o teste. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e conseqüentemente, como os respectivos ramos de seguro são agrupados pela Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP). Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste em referência, a Seguradora registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo os custos de aquisição (Deferred Acquisition Cost - DAC), ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro na data do teste. Qualquer ativo intangível, como por exemplo DAC, que tenha sido baixado como resultado deste teste não é subsequentemente restabelecido pela seguradora em circunstâncias onde o teste demonstre resultados favoráveis para a Seguradora e suas controladas. Alguns contratos permitem que a Seguradora adquira a titularidade sobre o ativo ou adquira o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). A Seguradora também possui o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, tais como sub-rogação de direitos, para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Conseqüentemente, conforme permitido pelo CPC 11, estimativas de recuperação de salvados originadas de sub-rogação de direitos são incluídas como um redutor na avaliação (estimativa do fluxo de pagamentos dos contratos de seguros) e, conseqüentemente, na execução dos testes de adequação dos passivos. Quando o ativo é recuperado em data subsequente à ocorrência do sinistro, a Seguradora classifica o ativo na categoria de outros ativos, com avaliação ao valor justo, deduzido dos custos de venda do ativo para colocação do ativo em condições de uso por terceiros. Para os ramos de risco decorrido, a Seguradora leva em consideração os prêmios ganhos observados, para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo. Para os produtos de acumulação (plano de previdência), também classificados como contratos de seguro, a Seguradora elaborou uma metodologia que leva em consideração os elementos impactantes diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, níveis de permanência dos participantes, taxas de conversão em renda, retorno dos ativos garantidos aos participantes durante as fases de acumulação e concessão de benefício (excedente financeiro), opções de taxas de juros garantidas (Índices de Inflação IGP-M ou ganhos realizados de ativos acima da remuneração deste índice para produtos tradicionais) e opções de resgate. Como conclusão dos testes realizados, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os exercícios apresentados. Os passivos do seguro DPVAT não foram objeto de avaliação do teste de adequação do passivo. As taxas e premissas utilizadas no teste são:

Premissas	Descrição
Taxa de juros contratada para ativos e passivos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de juros esperada para os ativos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada e Cupons de IPCA, IGP-M e TR
Tábua - planos de previdência	BR-EMSm1
Sinistralidade - seguros de curto prazo	43%
Grupo de Ramo	Sinistralidade
09	42,7%

n) Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo - As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **Obrigações por aposentadorias** - A Seguradora implantou um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no balanço pelo valor das despesas de benefícios aos empregados, no período em que essas despesas são pagas. **Obrigações de curto prazo** - Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos e encargos de diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas de imposto de renda e de contribuição social vigentes, sobre as diferenças temporárias que afetaram a determinação dos tributos recolhidos (impostos correntes).

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • **Risco de seguro;** • **Risco de crédito;** • **Risco de liquidez;** • **Risco de mercado;** • **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos** - O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de adicionar valor ao negócio através da identificação, medição e monitoramento dos riscos em todas as atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL e MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de atuação do negócio, com ênfase nas áreas de negócios, no planejamento de negócios, na produção de produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. As estas ferramentas, adiciona-se a parâmetros qualitativos da gestão de riscos, como a realização de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: • **Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE, mediante o qual se define o processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controle internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitando o nível de interdependência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua finalidade é a atuação e a condução de exames e estudos colaterais para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de Seguro** - A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e conseqüentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses sinistros excedam o valor contábil e econômico disponível para a Seguradora. Isso ocorre, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Seguradora está exposta é minimizado em função da menor parcela dos riscos aos quais possui exposição em sinistralidades elevadas. **Concentração de riscos** - As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro.

	2011	2010
Região geográfica	%	%
Centro Oeste	14%	10%
Nordeste	8%	5%
Sudeste	59%	46%
Sul	19%	39%
	100%	100%

Sensibilidade do risco do negócio - O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade as provisões técnicas de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR e de Insuficiência de Prêmios - PIP para o risco de seguro e a provisão técnica de insuficiência de contribuição e a contribuição de sinistros e despesas de administração - PCP, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido apresentados nesta demonstração financeira: (a) Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: i) IBNR: possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. 2) PIP: agravamento de 5% na premissa de sinistralidade utilizada. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 3% na sinistralidade a PIP não se tornou maior. Ganho - PPNG - é mais do que suficiente para a cobertura de sinistros e despesas de administração. O cálculo desta provisão é afetado principalmente pelas premissas de mortalidade e taxa de juros, desta forma para esta análise foram feitas duas alterações nas premissas utilizadas para o cálculo desta provisão: i) suavização de 10% na taxa de mortalidade; ii) redução de 1% na taxa de juros anual. (b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. (c) Taxa de Juros: rendimento financeiro com uma redução de 1% na taxa de juros. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

	2011	2010
Saldo Inicial	207.392	181.228
Prêmios Emitidos	942.421	1.708.787
Cancelamentos	(332.836)	(717.288)
Recebimentos	(636.731)	(965.335)
Cisão	(119.387)	-
Saldo Final	60.859	207.392

Fator de Risco	Sensibilidade	2011 Impacto no Patrimônio Líquido	2010 Impacto no Patrimônio Líquido
a. Provisões Técnicas	total	(12.900)	(12.616)
a1. IBNR	Aumento	(8.639)	(8.583)
a2. PIP de longo prazo	Aumento	N/A	N/A
	Redução	N/A	N/A
a3. PIC de longo prazo	Redução	(141)	(85)
	Redução	(4.120)	(3.948)
(b) Sinistralidade	Aumento	(30.854)	(31.203)
(c) Taxa de Juros	Redução	(18.948)	(17.226)

Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como conseqüência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; c) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e d) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro** - A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras de alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Existem algumas operações com a Resseguradora do Grupo MAPFRE. **Gerenciamento do Risco de Crédito** - Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, conforme demonstrado a seguir: Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de alta qualidade de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's e Moody's. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

Rating dos resseguradores dos contratos Resseguradora

	Percentual de cessão	Rating
MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS	100,0%	Sem Rating

Rating da carteira de aplicações

	2011	2010
Valores Contábil	1.666.225	1.402.983
Valores Contábil	1.666.225	1.402.983
AA	218.577	210.043
AA+	1.602	1.602
AA-	1.398.847	1.191.328
AA	14.266	-
AA-	34.535	-
Sem rating	407.626	474.882
AAA	312.975	388.208
AAA+	-	-
AA	94.651	86.674
AA-	-	-
Sem rating	-	-
Total geral	2.073.851	1.877.865

Risco de liquidez - O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. **Exposição ao risco de liquidez** - O risco de liquidez é limitado pela realocação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez** - O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Seguradora Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. **Risco de mercado** - A MAPFRE adota políticas rígidas de controle e estratégias previamente estabelecidas e aprovadas pelo Comitê Financeiro e pelo Conselho de Administração, que permitem reduzir sua exposição aos riscos de mercado. As operações são controladas com as ferramentas *Stop Testing* e *Value At Risk* e, posteriormente, confrontadas com a política de controle de risco adotada, de *Stop Loss*. A Seguradora acompanha o VaR da carteira de investimentos diariamente, por meio das informações disponibilizadas pela MAPFRE DVM. O risco da carteira é apresentado em reunião do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação dos ativos da carteira. **Sensibilidade a Taxa de Juros** - Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na

	2011	2010
Valores Contábil	1.666.225	1.402.983
Valores Contábil	1.666.225	1.402.983
1 a 30 dias	1.532.850	1.402.983
31 a 180 dias	17.846	17.846
181 a 360 dias	26.337	26.337
Acima de 360 dias	89.192	89.192
Valores Contábil	1.666.225	1.666.225
Valores Mercado	1.666.225	1.666.225
Letras Financeiras do Tesouro	(194)	-
Quotas e Fundos Especialmente Constituídos - DPVAT	51.990	-
Fundos Exclusivos	-	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	-
Debêntures	-	-
Opções de Futuros (nota 6)	-	-
Over	61.451	36
Títulos da Dívida Agrária	34	8.313
Swap	50	26.337
Termo do Tesouro	-	9.497
Fundos de Investimentos - abertos/outros	25.002	-
Quotas e Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL	1.394.517	-
Fundos no Exterior	-	-
Total Geral	40.624	367.002

2011

	2011	2010
Valores Contábil	1.666.225	1.402.983
Valores Mercado	1.666.225	1.402.983
Letras Financeiras do Tesouro	(194)	-
Quotas e Fundos Especialmente Constituídos - DPVAT	51.990	-
Fundos Exclusivos	-	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	-
Debêntures	-	-
Opções de Futuros (nota 6)	-	-
Over	61.451	36
Títulos da Dívida Agrária	34	8.313
Swap	50	26.337
Termo do Tesouro	-	9.497
Fundos de Investimentos - abertos/outros	25.002	-
Quotas e Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL	1.394.517	-
Fundos no Exterior	-	-
Total Geral	40.624	367.002

2010

	2011	2010
Valores Contábil	1.666.225	1.402.983
Valores Mercado	1.666.225	1.402.983
Certificados de Depósitos Bancários	-	1.602
Debêntures	965	1.308
Opções de Futuros	36	123
Over	61.451	64.622
Títulos da Dívida Agrária	105.280	144.774
Swap	50	290
Termo do Tesouro	9.497	9.497
Fundos de Investimentos - abertos/outros	25.002	35.873
Quotas e Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL	1.394.517	1.107.144
Fundos no Exterior	-	366
Total Geral	40.624	474.882

A Seguradora não possui operações com aplicações financeiras cuja classificação se enquadra no nível 3 em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados na carteira de fundos de investimento exclusivos. Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Seguradora possuía contratos de opções de futuros DI, cujos valores referenciais totalizavam R\$ 330 (R\$ 330 em 2010) e contratos de SWAP CDI x Dólar, Dólar x CDI, IGP-M x CDI, CDI x CDI, TR x CDI e CDI x IPCA, cujos valores referenciais totalizavam R\$ 2.346 (R\$ 7.199 em 2010). O diferencial a receber dos contratos de Swap em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 50 (R\$ 290 em 2010) e os prêmios de opções no montante de R\$ 36 (R\$ 123 em 2010). Os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos de futuros são liquidados diariamente. A Seguradora utiliza o mercado de derivativos para realização de operações ativas e para proteção, visando sempre a redução da exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O uso de derivativos frequentemente é associado a operações com títulos públicos, privados e ações (valores mobiliários). O monitoramento dos riscos das operações realizadas no mercado de derivativos é feita de forma ativa e constante, com políticas rígidas de controle, estabelecidas previamente por comitês e aprovadas de acordo com as políticas de investimento adotadas pelo GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE. Os limites são sempre predefinidos, ou seja, todas as operações são submetidas a uma rigorosa análise de "Stress Testing" e confrontadas com a política de controle de risco adotada de "Stop Loss", sendo que após o início das posições passamos a utilizar a política de "Value At Risk" e "Stress Testing" para o monitoramento das posições. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante, BEM DTVM (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A. respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANBIMA e BM&Fbovespa para os cálculos e a precificação através das metodologias convencionais e comumente aceitas pelo mercado e de acordo com o código de autorregulação. A área de risco da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. confronta diariamente os resultados obtidos pelo administrador, a fim de se consolidar os resultados obtidos. As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&Fbovespa S.A. - Bolsa de Mercadorias e Futuros, na CETIP S.A. - Mercados Organizados e na BCLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de "Clearing" de alta confiabilidade e renome no mercado brasileiro.

7. PRÊMIOS A RECEBER

	2011	2010
Prêmios a Receber	62.615	208.869
(-) Provisão para Riscos de Créditos sobre Prêmios de Seguros	(1.756)	(1.477)
Total	60.859	207.392

A Companhia não possui nenhum prêmio de seguro a receber individualmente significativo.

a) Movimentação de Prêmios a Receber

	2011	2010
Saldo Inicial	207.392	181.228
Prêmios Emitidos	942.421	

10. INTANGÍVEL	Ágio na			
	Desenvolvimento de programas	Marcas e patentes	transfêrencia de carteira	Total
Custo				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.326	185	5.751	26.262
Adições	4.790	-	-	4.790
Cisão	-	-	(5.751)	(5.751)
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25.116	185	-	25.301
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(12.730)	-	-	(12.730)
Amortização do período	(1.018)	-	-	(1.018)
Baixas	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(13.748)	-	-	(13.748)
Valor Contábil				
Em 31 de dezembro de 2010	7.596	185	5.751	13.532
Em 31 de dezembro de 2011	11.368	185	-	11.553

As taxas de amortização utilizadas são:

Intangível	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Desenvolvimento de programas	20%	5*
Marcas e patentes	-	indeterminado

*a partir da data de sua utilização

11. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS				
	Saldo em 31.12.2010	Constituições	Reversões	Saldo em 31.12.2011
Provisões técnicas de seguros	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Provisões de prêmios não ganhos (PPNG+PRVNE)	242.301	1.282.284	(1.515.483)	9.102
Provisão de sinistro a liquidar	138.211	3.903.519	(3.906.444)	135.286
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	82.817	946.832	(947.554)	82.095
Provisão matemática de benefícios a conceder	316.985	285.260	(137.835)	464.410
Provisão matemática de benefícios concedidos	1.412	1.579	(1.517)	1.474
Provisão matemática de benefícios a regularizar	7	-	-	7
Provisão de oscilação de riscos	57	660	(659)	57
Outras provisões (principalmente PCP)	31.220	324.813	(342.603)	13.430
Total das provisões técnicas de seguros	813.003	6.744.947	(6.825.059)	703.855
Custos de aquisição diferidos	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Custos de aquisição diferidos	301.787	727.405	(1.011.306)	17.886
Provisões técnicas de previdência	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Provisão matemática de benefícios a conceder	871.759	394.156	(251.406)	1.014.509
Provisão matemática de benefícios concedidos	58.377	28.380	(30.348)	56.409
Provisão matemática de benefícios a regularizar	163	489	(187)	465
Provisão de riscos não expirados	107	1.532	(1.519)	120
Provisão de oscilação de riscos	342	4.440	(4.453)	329
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	266	3.604	(3.582)	288
Outras provisões	24.498	384.952	(381.686)	27.764
Total das provisões técnicas de previdência	955.512	817.553	(673.181)	1.099.884
Ativos de resseguro provisões técnicas	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Provisão de sinistro a liquidar	2.306	32.323	(28.928)	5.701
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	1.377	19.874	(19.937)	1.314
Outras provisões	356	4.237	(4.281)	312
Total das provisões técnicas de resseguro	4.039	56.434	(53.146)	7.327

	Saldo em 31.12.2009	Constituições	Reversões	Saldo em 31.12.2010
Provisões técnicas de seguros	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2010	31.12.2010
Provisões de prêmios não ganhos (PPNG+PRVNE)	206.728	838.888	(803.315)	242.301
Provisão de sinistro a liquidar	109.918	3.366.113	(3.337.820)	138.211
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	81.722	1.218.815	(1.197.720)	82.817
Provisão matemática de benefícios a conceder	203.107	209.609	(95.731)	316.985
Provisão matemática de benefícios concedidos	912	868	(368)	1.412
Provisão matemática de benefícios a regularizar	57	268	(261)	57
Provisão de oscilação de riscos	32.272	424.968	(426.020)	31.220
Outras provisões (principalmente PCP)	634.716	6.160.227	(5.981.940)	813.003
Custos de aquisição diferidos	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2010	31.12.2010
Custos de aquisição diferidos	251.639	552.480	(502.332)	301.787
Provisões técnicas de previdência	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2010	31.12.2010
Provisão matemática de benefícios a conceder	685.828	416.076	(230.145)	871.759
Provisão matemática de benefícios concedidos	56.279	34.120	(32.022)	58.377
Provisão matemática de benefícios a regularizar	146	109	(92)	163
Provisão de riscos não expirados	110	1.215	(1.218)	107
Provisão de oscilação de riscos	328	4.054	(4.040)	342
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	312	3.524	(3.570)	266
Outras provisões	35.469	312.459	(323.430)	24.498
Total das provisões técnicas de previdência	778.472	771.557	(594.517)	955.512
Ativos de resseguro provisões técnicas	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2010	31.12.2010
Provisão de sinistro a liquidar	4.102	9.961	(11.757)	2.306
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	1.369	23.331	(23.323)	1.377
Outras provisões	254	4.140	(4.038)	356
Total das provisões técnicas de resseguro	5.725	37.432	(39.118)	4.039

Os custos diretos e indiretos incorridos durante o período financeiro decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

12. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de publicação do balanço. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade dos sinistros à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros diretos, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Montante estimado para os sinistros	Ano de ocorrência do sinistro						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
· No ano da ocorrência	270.606	325.262	324.337	248.635	238.070	289.317	1.696.227
· Um ano após a ocorrência	307.176	371.914	347.857	246.851	256.801	-	1.530.599
· Dois anos após a ocorrência	311.377	375.726	352.606	248.678	-	-	1.288.387
· Três anos após a ocorrência	308.321	376.307	353.196	-	-	-	1.037.824
· Quatro anos após a ocorrência	309.461	380.797	-	-	-	-	690.258
· Cinco anos após a ocorrência	313.290	-	-	-	-	-	313.290
Estimativa dos sinistros na data-base	313.290	380.797	353.196	248.678	256.801	289.317	1.842.079
Pagamentos de sinistros efetuados	304.738	373.003	342.865	235.866	238.996	215.351	1.710.819
Sinistros Pendentes	8.552	7.794	10.331	12.812	17.805	73.966	131.260

13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas - seguros e previdência	2011	2010
Exclusões:	1.805.739	1.768.515
Provisões técnicas - resseguro e retrocessão	(7.327)	(4.039)
Provisões retidas pelo IRB	(11)	(11)
Direitos creditórios	-	(104.139)
Depósitos judiciais	(316)	(207)
DPVAT	-	(51.971)
Total de exclusões:	(59.625)	(108.396)
Total a ser coberto	1.746.114	1.660.119
Ativos garantidores		
Aplicações:		
Títulos públicos	53.286	127.686
Títulos privados	104.574	-
Aplicações em FIES dos recursos de provisões de previdência	1.394.517	1.107.144
Quotas de fundos de investimentos	469.483	596.154
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	51.991	46.881
Total de aplicações:	2.073.851	1.877.865
Imóveis:	-	3.806
Ativos livres	327.737	221.552

14. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em depósitos de terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados das contas de prêmios a receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.

Período	2011	2010
1 a 30 dias	81.614	12.872
Total:	81.614	12.872

15. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda	2011	2010
PSL Judicial	Valor	Valor
Provável	1.736	45.691
	45.691	45.691
	2.174	35.756
	35.756	35.756

b) Composição das ações por ano	PSL Judicial
Ano de Abertura	
1999	232
2000	1.148
2001	987
2002	2.325
2003	3.040
2004	3.864
2005	5.025
2006	6.826
2007	6.038
2008	6.678
2009	5.101
2010	3.693
2011	734
Total	45.691

16. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição	2011	2010
Natureza Fiscal	203.886	175.629
COFINS	194.092	168.485
PIS	9.281	6.655
INSS	513	489
Trabalhista	274	82
Cível	344	344
Total	204.504	176.055

PIS e COFINS - A Seguradora está discutindo judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que introduziu mudanças no cálculo das contribuições PIS e COFINS, e obteve decisão favorável em primeira instância que afastou a obrigatoriedade do recolhimento, sendo que atualmente o processo aguarda julgamento de apelação no TRF da 3ª Região. Em novembro de 2009, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares (RE nºs. 346.084/PR, 390.840/MG, 357.950/RJ e 358.273/RS), decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Baseado nesta jurisprudência do STF, classificamos como provável a perda da ação no que se refere à exigência sobre o faturamento. Os valores não recolhidos, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, estão sendo provisionados até o trânsito em julgado da sentença. A partir de maio de 2009, com fundamento na Lei nº 11.941, de 27.5.2009, art. 79, inc. XII, foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Seguradora provisiona tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. Em dezembro de 2010, baseado no parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT/nº 2.773/2007, a Seguradora reverteu à provisão que constituiu da tributação sobre outras receitas no montante de R\$ 17.175 em 2010. **INSS** - O processo relacionado a INSS se refere a divergências apontadas pela fiscalização no cálculo das contribuições de INSS de fatos geradores ocorridos entre abril e agosto de 1991. Como a constituição do lançamento tributário ocorreu somente em novembro/91 (NFLD nº 35.040.404-6), houve decurso de prazo decadencial, tornando indevida a autuação. A Seguradora impugnou o lançamento tributário na esfera administrativa e considera a probabilidade de perda como remota. **Cível e Trabalhista** - A provisão foi constituída com base na análise da Administração dos riscos e histórico de perdas.

b) Movimentação

	2011		2010	
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	I - Fiscais	II - Trabalhistas
Saldo inicial	175.629	82	154.236	4
Constituições/reversões	13.127	192	15.065	70
Atualização/monetária	15.130	-	11.302	8
Baixas	-	-	(4.974)	-
Saldo final	203.886	274	175.629	82

c) Composição das ações judiciais de natureza trabalhista e fiscal por probabilidade de perda

	2011		2010	
	Quantidade	Valor da causa	Quantidade	Valor da causa
I - Fiscais				
Provável	2	203.373	203.373	175.629
Remota	2	513	513	-
Total	4	203.886	203.886	175.629
II - Trabalhistas				
Provável	4	202	274	82
Remota	14	2.282	-	-
Total	18	2.484	274	82
III - Cível				
Provável	14	344	344	344
Total	14	344	344	344

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 424.169 (R\$ 424.169 em 31 de dezembro de 2010), sendo a redução do capital de R\$ 245.875 e o aumento de R\$ 40.000 ainda em aprovação pelo SUSEP, e está representado por 14.984.797 ações ordinárias, sem valor nominal. **Reservas de capital:** O valor registrado na rubrica reserva de capital refere-se à atualização de títulos patrimoniais advindos da investida MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Dividendos e remunerações aos acionistas** - Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. **Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **Reserva estatutária:** Conforme previsto no artigo 29º, do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias, até o limite do capital social.

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Principais ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
Ramos	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Vida em grupo	403.527	434.809	60,55%	50,19%	33,73%	37,68%
Acidentes pessoais coletivo	66.215	253.974	8,93%	5,02%	57,14%	66,91%
DPVAT	60.609	58.856	87,06%	86,98%	1,45%	1,43%
Demais ramos	32.587	158.163				